

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/09/2024 | Edição: 189-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 15

Órgão: Presidência da República

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos Interministerial nº 114, de 25 de setembro de 2024 (em conjunto com a Controladoria-Geral da União). Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal, referente ao período de janeiro a agosto de 2024. Aprovo. Em 30 de setembro de 2024.



Anexo I – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL DA SEGURIDADE SOCIAL
JANERO A AGOSTO DE 2024

Table with columns: DESPESA COM PESSOAL, DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses), and INSCRITAS EM. Rows include: DESPESA BRUTA COM PESSOAL (B), Pessoal Ativo, Pessoal Inativo e Pensionistas, Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, DESPESAS NÃO COMPUTADAS (C), and DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (D).

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL. Includes rows for RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV), DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI), and various percentage limits (LIMITE MÁXIMO, LIMITE PRUDENCIAL, LIMITE DE ALERTA).

*O limite máximo do Poder Executivo é de 40,5%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001.

- Nota: a) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas em execução. No encerramento do exercício, as despesas não líquidas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído no método de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados. c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída no método de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal conforme Nota Técnica nº 018/CON/SFC/CGUPR, de 29 de agosto de 2008. d) Os valores estão apresentados neste demonstrativo desde que eventualmente divergiu da contabilidade das partes em função de arredondamentos. e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual foi criado o estabelecido Limite de Despesa com Pessoal. f) Costumava-se incluir no limite das despesas com contrato de terceirização os valores inscritos com a Rede Saneamento (Associação de Profissionais Sociais), obtidos a partir da 8032.00.00 (Despesa com Pessoal - Contrato de Gestão).

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Secretário do Tesouro Nacional; RONALD DA SILVA BALBE - Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL DA SEGURIDADE SOCIAL
JANERO A AGOSTO DE 2024

Table similar to the first one, but for AMAPÁ. Columns: DESPESA COM PESSOAL, DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses), and INSCRITAS EM. Rows include: DESPESA BRUTA COM PESSOAL (B), Pessoal Ativo, Pessoal Inativo e Pensionistas, Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, DESPESAS NÃO COMPUTADAS (C), and DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (D).

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL for AMAPÁ. Includes rows for RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV), DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI), and various percentage limits.

*O Decreto nº 3.917, de 21 de novembro de 2001, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 11 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA - Secretário do Tesouro Nacional; RONALD DA SILVA BALBE - Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LÍQUIDAS													
	SET/23	OUT/23	NOV/23	DEZ/23	JAN/24	FEV/24	MAR/24	ABR/24	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.727	35.859	54.033	34.901	36.029	36.205	36.063	36.140	44.975	58.623	36.212	36.180	480.946	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.727	35.859	54.033	34.901	36.029	36.205	36.063	36.140	44.975	58.623	36.212	36.180	480.946	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	25.666	25.745	38.654	26.057	25.780	25.890	25.790	25.872	33.287	43.647	26.140	26.124	348.661	0
Pensões	10.061	10.114	15.380	8.844	10.250	10.315	10.273	10.267	11.687	14.976	10.064	10.055	132.286	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	175	227	175	142	133	215	144	137	8.641	4.742	61	61	14.856	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	145	133	138	134	133	133	133	133	133	55	55	55	1.380	0
Despesas de Exercícios Anteriores	30	94	37	8	0	85	11	4	8.508	4.688	6	6	13.476	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.552	35.632	53.858	34.759	35.897	35.987	35.919	36.003	36.334	53.880	36.152	36.119	466.091	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1342.486.403	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IIIb)	466.091	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VII) = (VII / IV) * 100		0,035%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I e II do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)	1328.994	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1262.545	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.206.095	0,089%

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GENF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2010, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RPNP (b)
	LÍQUIDAS													
	SET/23	OUT/23	NOV/23	DEZ/23	JAN/24	FEV/24	MAR/24	ABR/24	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.409.465	1.397.749	1.711.090	2.097.119	921.375	1.498.717	1.751.532	1.883.651	1.560.241	1.748.480	1.558.254	1.564.447	19.082.139	34.565
Pessoal Ativo	647.148	634.192	765.947	1.042.680	293.837	722.948	1.045.464	787.423	728.196	739.431	696.978	702.853	8.807.117	28.123
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	630.428	617.475	732.578	1.026.064	275.451	703.858	1.026.451	768.430	709.354	720.636	678.184	684.002	8.572.930	27.375
Obrigações Patronais	16.720	16.717	33.369	16.616	18.387	19.100	19.013	19.993	18.841	18.795	18.794	18.852	234.206	747
Pessoal Inativo e Pensionistas	762.316	763.557	945.143	1.054.439	627.538	775.749	806.068	1.096.228	832.045	1.009.049	861.276	861.593	10.275.003	6.442
Aposentadorias, Reserva e Reformas	665.204	664.952	815.466	951.151	543.181	673.621	580.890	972.428	725.828	871.144	755.049	753.773	8.981.187	2.072
Pensões	97.112	98.605	129.677	103.288	84.357	102.128	96.878	123.800	106.217	137.905	106.227	107.821	1.293.815	4.370
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	64.121	61.818	116.358	172.670	62.961	82.903	110.806	115.804	115.797	125.216	107.328	108.126	1.241.908	7.165
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.693	4.639	4.205	124.349	4.884	21.007	47.840	41.058	44.155	50.234	42.830	38.268	435.165	26
Decorrentes de Decisão Judicial	96	97	97	98	101	102	103	102	102	103	103	103	1.206	0
Despesas de Exercícios Anteriores	327	1.996	303	204	2	2	43	66	3	41	3	3	2.992	3.036
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	52.000	55.086	111.753	48.038	57.975	61.793	62.839	72.548	71.537	74.839	65.024	69.153	802.545	4.103
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.345.343	1.335.931	1.594.732	1.924.449	858.414	1.415.814	1.620.727	1.769.847	1.444.444	1.623.264	1.450.926	1.456.320	17.840.231	27.400

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1342.486.403	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IIIb)	17.867.611	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VII) = (VII / IV) * 100		1,331%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I e II do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	29.533.205	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	28.056.545	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do art. 59 da LRF) - 1,981%	26.579.834	1,981%

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GENF

¹ O Decreto nº 6.334, de 29 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Anexo 2 – Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
		R\$ milhares	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.032.745.110	9.262.160.909	9.625.040.543
Dívida Mobiliária	8.791.024.022	9.069.878.888	9.426.291.000
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019) ¹	151.826.821	111.245.540	111.245.540
Dívida Contratual	81.605.395	72.960.894	79.759.511
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	3.352.223	3.919.968	2.178.575
Demais	4.936.650	4.155.619	5.565.916
DEDUÇÕES (II) *	2.931.457.768	2.702.341.865	2.678.169.564
Ativo Disponível	1.650.728.231	1.568.570.264	1.501.229.191
Haveres Financeiros	1.392.847.215	1.277.211.874	1.288.059.473
(-) Restos a Pagar Processados ²	-112.117.678	-143.440.273	-111.119.100
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	6.101.287.342	6.559.819.044	6.946.870.979
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.233.714.885	1.290.353.341	1.342.418.403
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	732,16%	717,80%	716,99%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	494,55%	508,37%	517,49%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%=3	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
PASSIVO ATUARIAL	2.413.209.979	2.410.658.190	2.410.658.190
RPPS Civil	1.506.735.050	1.502.634.902	1.502.634.902
Despesas Previdenciárias do FCDF	66.519.268	66.339.903	66.339.903
Militares Inativos ⁴	494.690.312	494.690.312	494.690.312
Pensões Militares	346.993.073	346.993.073	346.993.073

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹ "Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais (STN, 2022, p. 593) preconizar que as obrigações decorrentes do relacionamento entre União e Banco Central do Brasil constituírem Dívida Mobiliária, tal caracterização é constatada apenas se e quando ocorre a emissão efetiva de títulos públicos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelece o § 5º do art. 4º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Enquanto não há a efetiva emissão, as obrigações em questão são apresentadas de maneira segregada à linha "Dívida Mobiliária".

² O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2023.

³ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

⁴ Tendo em vista que o passivo atuarial dos militares inativos foram realizados em contas que compõem, também, as pensões militares, o passivo anterior de Militares Inativos foi repetido e excluído da linha Pensões Militares.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
		R\$ milhares	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.032.745.110	9.262.160.910	9.625.040.543
Dívida Mobiliária	8.791.024.022	9.069.878.888	9.426.291.000
Dívida Mobiliária do TN Interno (em mercado)	6.262.578.876	6.418.135.749	6.712.294.833
(-) Aplicações em Títulos Públicos	2.758.065	2.754.199	2.798.756
Dívida Mobiliária do TN Interno (em carteira BCB)	2.318.580.413	2.415.769.208	2.446.951.413
Dívida Securitizada	5.031.791	4.050.351	2.781.819
Dívida Mobiliária Externa	207.591.068	234.677.778	267.051.592
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019)	151.826.821	111.245.540	111.245.540
Dívida Contratual	81.605.395	72.960.894	79.759.511
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	3.352.223	3.919.968	2.178.575
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	1.965.831	1.699.812	1.736.078
Outras Dívidas	2.970.819	2.455.807	3.829.838
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	2.970.819	2.455.807	3.829.838
Demais Dívidas	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.931.457.768	2.702.341.864	2.678.169.564
Ativo Disponível	1.650.728.231	1.568.570.264	1.501.229.191
Depósitos do TN no BCB	1.647.008.141	1.564.679.495	1.496.486.723
Depósitos à Vista	3.720.091	3.890.769	4.732.468
Arrecadações a Recolher	0	0	0
Haveres Financeiros	1.392.847.215	1.277.211.874	1.288.059.473
Aplicações Financeiras	683.766.631	556.816.037	558.103.325
Disponibilidades do FAT	453.264.398	473.789.805	485.912.834
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	230.502.233	83.026.252	72.190.491
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Estados e Municípios	619.297.979	630.307.737	641.347.737
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	594.720.155	601.422.509	608.582.054
Créditos da Lei nº 8.727/93	4.240.601	4.169.808	4.071.045
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	3.498.065	3.410.997	3.211.340
Demais Dívidas Renegociadas	157.201.076	164.916.835	175.559.218
Ajustes para Perdas	-140.353.918	-143.612.393	-148.076.134
Demais Ativos Financeiros	89.782.600	90.888.059	88.808.824
Haveres Externas (Onerosas)	0	0	0
Outros Créditos Bancários	95.063.361	95.402.489	93.757.555
Ajustes para Perdas	-5.280.756	-5.314.420	-4.948.731
(-) Restos a Pagar Processados ²	-112.117.678	-143.440.273	-111.119.100
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0	0	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	6.101.287.342	6.559.819.046	6.946.870.979
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.233.714.885	1.290.353.341	1.342.418.403
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	732,16%	717,80%	716,99%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	494,55%	508,37%	517,49%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%=3	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
PASSIVO ATUARIAL	2.413.209.979	2.410.658.190	2.410.658.190
RPPS Civil	1.506.735.050	1.502.634.902	1.502.634.902
Despesas Previdenciárias do FCDF	66.519.268	66.339.903	66.339.903
Militares Inativos	494.690.312	494.690.312	494.690.312
Pensões Militares	346.993.073	346.993.073	346.993.073

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalRONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		R\$ milhares
		SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
AOS ESTADOS (I)	202.605.889	211.197.684	227.012.959	
Em Operações de Crédito Externas	112.387.963	117.499.390	127.763.447	
Em Operações de Crédito Internas	90.217.925	93.698.294	99.249.512	
AOS MUNICÍPIOS (II)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	
Em Operações de Crédito Externas	22.194.751	24.872.439	28.582.280	
Em Operações de Crédito Internas	14.423.970	15.829.496	19.717.255	
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	30.070.478	30.175.041	34.056.268	
Em Operações de Crédito Externas	24.710.972	25.017.524	29.045.676	
Em Operações de Crédito Internas	5.359.506	5.157.516	5.010.592	
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽¹⁾	23.224.035	22.726.350	20.802.822	
FGTS - BNDES ⁽²⁾	1.138.186	1.013.874	889.681	
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	14.798.574	13.899.088	14.977.334	
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	22.188	22.188	23.186	
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	604.154	604.154	533.875	
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.597.867	2.681.573	2.681.573	
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ⁽²⁾	4.063.067	4.505.474	1.697.173	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	292.519.123	304.801.010	330.171.584	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.233.714.885	1.290.353.341	1.342.418.403	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	23,71%	23,62%	24,60%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	740.228.931	774.212.005	805.451.042	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	666.206.038	696.790.804	724.905.938	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		R\$ milhares
		SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	
DOS ESTADOS (VII)	202.605.889	211.197.684	227.012.959	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	112.387.963	117.499.390	127.763.447	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	90.217.925	93.698.294	99.249.512	
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	36.618.721	40.701.935	48.299.535	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	22.194.751	24.872.439	28.582.280	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	14.423.970	15.829.496	19.717.255	
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	11.311.689	11.096.718	12.133.009	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	8.513.387	8.347.704	9.479.382	
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.798.302	2.749.013	2.753.627	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VII + VIII + IX + X)	250.536.299	262.996.337	287.545.503	

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF e CODIV

1) A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.

2) Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

OPERACIONES DE CRÉDITO	R\$ milhares	
	VALOR	
	No 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
OPERACIONES DE CRÉDITO (I)	624.164.568	1.444.651.846
Mobiliária	623.548.798	1.443.704.499
Interna	612.535.598	1.410.599.449
Refinanciamento	584.883.901	1.108.791.666
Outras Internas - Orçamentárias	27.460.669	301.153.241
Outras Internas - Extraorçamentárias	191.028	654.542
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	191.028	654.542
Externa	11.013.200	33.105.050
Refinanciamento	4.249.741	18.646.641
Outras Operações Mobiliárias Externas	6.763.459	14.458.409
Contratual	615.771	947.346
Externa	615.771	947.346
Abertura de Crédito - Orçamentárias	615.771	947.346
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.342.418.403	-
OPERACIONES VEDADAS (II)	-	-
OUTRAS OPERACIONES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.236.146.007	92,08%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹	1.235.491.464	92,03%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	654.542	0,05%
Concessão de Garantias ²	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) - (III)	208.505.839	15,53%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACIONES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS³	805.451.042	60,00%
OPERACIONES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERACIONES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF e STN/CODIV/GEINF

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de mais R\$ 37.652,46 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2024

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		1.342.418.403	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO			
Despesa Total com Pessoal - DTP		260.991.897	19,442%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%		508.776.575	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		483.337.746	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%		457.898.917	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ			
Despesa Total com Pessoal - DTP		500.142	0,037%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001)º		2.268.687	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%		2.155.253	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%		2.041.818	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA			
Despesa Total com Pessoal - DTP		466.091	0,035%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)º		1.328.994	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%		1.262.545	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%		1.196.095	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		17.867.611	1,331%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)º		29.533.205	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		28.056.545	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%		26.579.884	1,980%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		6.946.870.979	517,49%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		330.171.584	24,60%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%		805.451.042	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)		208.505.839	15,53%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%		805.451.042	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalRONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
2º QUADRIMESTRE DE 2024

PORTARIA Nº 699, DE 7 DE JULHO DE 2023, DA STN, QUE APROVOU A 14ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal;
- Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados;
- Excluem-se do demonstrativo os valores de Auxílio-Reclusão, identificados por Natureza de Despesa Detalhada: Auxílio Reclusão Ativo Civil, 31900502: Auxílio-Reclusão Ativo Militar.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	Soma dos itens abaixo.	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	EXCETUANDO-SE	
	Linha	Obrigações Patronais
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Obrigações Patronais	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
Pessoal Inativo e Pensionistas	Soma dos itens abaixo.	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024



		31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Natureza da Despesa Detalhada	1 – Pessoal e Encargos Sociais 03 – Pensões do RPPS e do Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Cíveis 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares 31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa Elemento de Despesa OU Conta Contábil	1 – Pessoal e Encargos Sociais 3 – Outras Despesas Correntes 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização 86332.00.00 – Despesas com Pessoal – Contrato de Gestão (Rede Sarah de Saúde)
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	Ainda sem metodologia definida.	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Soma dos itens abaixo.	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos	1 – Pessoal e Encargos Sociais 91 – Sentenças Judiciais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

	em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 023 – Pensões Militares da União e Ex-Territórios 024 – Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares – FCDF 055 – Benefícios do RPPS – FCDF 056 – Benefícios do RPPS da União
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 023 – Pensões Militares da União e Ex-Territórios 024 – Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares – FCDF 055 – Benefícios do RPPS – FCDF 056 – Benefícios do RPPS da União 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 023 – Pensões Militares da União e Ex-Territórios 024 – Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares – FCDF 055 – Benefícios do RPPS – FCDF 056 – Benefícios do RPPS da União 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO	
União	UO – Poder 0 – Poder Executivo UO – Órgão Máximo 34000 – Ministério Público da União 59000 – Conselho Nacional do Ministério Público EXCLUINDO-SE Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)
Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG Plano Orçamentário (Código UO) 73101 – Recursos sob Supervisão do MF Plano Orçamentário (Código PO) 0004 – Território do Amapá Função de Governo 09 – Previdência Social Subfunção de Governo 272 – Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Plano Orçamentário (Código UO)	73101 – Recursos sob Supervisão do MF
Plano Orçamentário (Código PO)	0003 – Território de Roraima
Função de Governo	09 – Previdência Social
Subfunção de Governo	272 – Previdência do Regime Estatutário
Programa de Governo	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
– Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo Crítérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN-P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN-F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN-M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN-I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT-E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN-A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN-C (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN-A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN-A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN-A2 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9102001
(-) Aplicações em Títulos Públicos	11111.50.XX Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata -11111.50.05 Poupança -11111.50.11 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU -11111.50.12 Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU Crítérios Tipo de Administração “3”, “4”, “5”, “6” e “8” (Administração Indireta) Órgão EXCETO 25901 – “Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)”
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.07 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Curto Prazo 89991.39.08 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Longo Prazo Crítérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN-D (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1800010 (NTN-P (VL + CM + ENC) – BACEN); DP2300010 (NTN-F (VL + CM + ENC) – BACEN); DP5500010 (LFT-B (VL + CM + ENC) – BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) – BACEN); DP9000010 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1700010 (NTN-B (VL + CM + ENC) – BACEN)
Dívida Securitizada	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

	89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 21211.02.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) 22211.01.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) Crítérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA – Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTI980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)
Dívida Mobiliária Externa	89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/BCB (Lei nº 11.803/08)	21891.29.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado 21891.29.02 Custos das Operações Cambiais e Reservas 21894.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas 21895.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas -11381.30.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado -11381.30.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
Dívida Contratual	
Dívida Contratual de PPP	Sem informação.
Demais Dívidas Contratuais	21221.03.00 Empréstimos Externos – Em Contrato 21211.03.01 Crédito Securitizado 21211.03.03 Contratos de Empréstimos Internos 21211.07.00 Empréstimos Recebidos Antecipadamente 21214.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Estados 21214.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Estados 21215.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Municípios 21215.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Municípios 21251.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contratados 21221.06.01 Débitos de Operações Especiais 21231.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21231.02.02 Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais 21241.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21254.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contratados – Inter Estados 21255.01.03 Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos – Inter Municípios 22221.02.00 Empréstimos Externos – Em Contratos 22211.02.00 Empréstimos Internos – Em Contratos 21731.03.01 Instituições Financeiras 21731.06.02 Instituições Não Financeiras 21771.01.01 Instituições Financeiras 21735.04.02 Instituições Não Financeiras 22231.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22231.01.02 Financiamentos para Construção de Imóveis 21231.01.02 Financiamentos Internos 22241.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22731.03.01 Instituições Financeiras 22771.01.01 Instituições Financeiras Crítérios

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024



	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
	Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 – Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)	
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	63110.00.00	RP Não Processados a Liquidar
	63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
	63151.00.00	RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto
	63152.00.00	RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado
	63120.00.00	RPNP a Liquidar em Liquidação
	63210.00.00	RP Processados a Pagar
	52211.01.01	Originário do OGU
	52211.02.01	Antecipação – LDO
	52211.02.09	Amulação da Antecipação – LDO
	52212.01.01	Originário do OGU
	52212.01.03	Originário do OGU – Suplementação Automática
	52212.02.01	Créditos Especiais Abertos
	52212.02.02	Créditos Especiais Reabertos
	52212.02.03	Créditos Especiais Reabertos – Suplementação
	52212.03.01	Créditos Extraordinários Abertos
	52212.03.02	Créditos Extraordinários Reabertos
	52212.03.03	Créditos Extraordinários Reabertos – Suplementação
	52219.01.00	Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas
	52219.02.00	Alteração da Lei Orçamentária
	52219.03.00	Dotação Transferida
	52219.04.00	Cancelamento de Dotações
	52219.01.01	Acréscimo
	52219.01.09	Redução
	52219.02.01	Acréscimo
	52219.02.09	Redução
	52219.03.01	Acréscimo
	52219.03.09	Redução
	-62213.03.00	Crédito Empenhado Liquidado e Pago
	Crítérios	
	Ação de Governo	0005 – “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)”, 00U9 – “Compensação Decorrente da Aplicação do Art. 100 da Constituição”, 00UP – “Compensação Decorrente da Aplicação do Art. 100 da Constituição”, 0EC7 – “Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado”, 0EC8 – “Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado”
	Ação de Governo	0Z01 – “Reserva de Contingência Fiscal – Primária”, apenas para a Unidade Orçamentária 71103 – Encargos Financeiros da União – Sentenças Judiciais
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	21891.26.00	Entidades Credoras – Federais
	22891.16.00	Obrigações Junto a Entidades Federais
	22731.04.01	Instituições Financeiras
	Crítérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
	Unidade Gestora	170512 – “Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)”
	Conta Corrente	Exceto “PF1705118”
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos	21311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais
	21314.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados
	21315.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios
	21121.01.00	Benefícios Previdenciários
	21141.98.00	Outros Encargos Sociais
	21144.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Estados
	21145.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Municípios
	21111.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

	22311.01.00	Fornecedores Nacionais
	21411.99.00	Outros Tributos e Contribuições
	Crítérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
DEDUÇÕES		
Ativo Disponível		
Depósitos do TN no BCB	11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista	11111.19.00	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
	Crítérios	
	Órgão	EXCETO 25901 – “Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)”
	Unidade Gestora	EXCETO 380916 – “Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE”.
Arrecadação a Recolher	Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN-SRF 80/89, Outros e Pendência a Identificar.	
Haveres Financeiros		
Aplicações Financeiras		
Disponibilidades do FAT	11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09	Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE
	11111.50.11	Aplic. Finan. Liquidez Imediata Recursos CTU
	11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.XX	Operações Especiais
	11351.07.XX	Depósitos Especiais
	11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP
	11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	11354.07.XX	Depósitos Especiais – Estados
	11355.07.XX	Depósitos Especiais – Municípios
	12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12121.05.XX	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU
	12114.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados
	12115.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios
	11111.50.14	Depósitos FAT BB
	11111.50.15	Depósitos FAT BNB
	11111.50.16	Depósitos FAT BNDES
	Crítérios	
	Unidade Gestora	380916 – “Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE”.
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	23XXX.XX.XX	Patrimônio Líquido
	11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
	-11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	-11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	-11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
	-11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior
	-11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior
	-11121.50.00	Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024



	-1121.52.00 Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo -1111.19.XX Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916) -122XX.XX.XX Investimentos -123XX.XX.XX Imobilizado -124XX.XX.XX Intangível -125XX.XX.XX Diferido 1121.51.00 Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio Crítérios Tipo de Administração 07 – “Fundos” Órgão EXCETO 37904 – “Fundo do Regime Geral da Previdência Social” e 25915 – “Fundo Constitucional do Distrito Federal” Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no SIAFI.
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Crítérios Unidade Gestora 170512 – “Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)”. Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos “9.496/97” e “2.185/2001”.
Créditos da Lei nº 8.727/93	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou um aumento no valor de R\$ 27,29 bilhões (9,68%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se um aumento de R\$ 9,29 bilhões (8,10%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu um aumento de R\$ 18,00 bilhões (10,75%) durante o 2º Quadrimestre de 2024.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstas nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União – TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea “c” e art. 40, §1

Valores em Reais 1,00

DISPENSAS DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				16.197.585.766,21	16.669.819.642,78	19.566.293.642,76	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.08.2000				16.197.585.766,21	16.669.819.642,78	19.566.293.642,76	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/2005	USD	1.000.000.000,00	605.162.500,00	484.856.250,00	530.268.750,00	
BID1860/OC-BR	19/10/2007	USD	1.000.000.000,00	1.210.325.000,00	1.131.331.250,00	1.237.293.750,00	
BID2023/OC-BR	19/03/2009	USD	1.000.000.000,00	1.664.196.875,00	1.616.187.500,00	1.743.968.750,01	
BID2236/OC-BR	13/12/2010	USD	1.000.000.000,00	2.118.068.750,00	2.262.662.500,00	2.129.399.999,97	
BID3866/OC-BR	10/11/2017	USD	750.000.000,00	3.285.167.857,09	3.417.082.142,78	3.737.132.142,78	
BID4672/OC-BR	11/12/2020	USD	750.000.000,00	3.630.975.000,00	3.878.850.000,00	4.242.150.000,00	
BIRD7964-BR	05/12/2011	USD	50.000.000,00	52.714.784,12	0,00	0,00	
BID5115/OC-BR	05/06/2023	USD	750.000.000,00	3.630.975.000,00	3.878.850.000,00	4.242.150.000,00	
NDB - 20BR04	06/12/2023	USD	1.200.000.000,00	0,00	0,00	0,00	
NDB - 21BR02	06/12/2023	USD	500.000.000,00	0,00	0,00	1.703.930.250,00	
FIDA2000003939	24/10/2023	USD	30.000.000,00	0,00	0,00	0,00	
FIDA2000003940	24/10/2023	USD	65.000.000,00	0,00	0,00	0,00	
Interna				2.561.203.066,97	2.408.503.238,22	2.256.911.165,68	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.08.2000				2.561.203.066,97	2.408.503.238,22	2.256.911.165,68	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/2010	BRL	5.916.460.013,00	678.422.043,51	583.191.118,56	487.976.268,17	
BNDES - 2010589	30/11/2010	BRL	4.000.000.000,00	1.882.781.023,46	1.825.312.119,66	1.768.934.897,51	
TOTAL INTERNA E EXTERNA				18.758.788.833,18	19.078.322.881,00	21.823.204.808,44	0,00

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	80,81	35,31	281,20
Taubaté - SP	-	-	-	-	-	-	32,06	65,50	35,17	132,74
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	-	-	-	61,41
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	-	-	-	30,10
Corumbá - MS	-	-	-	-	-	-	-	15,07	-	15,07
Goiania - GO	-	-	-	-	11,95	-	-	-	-	11,95
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	-	-	-	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	1,56	-	-	-	7,93
Chapecó - SC	2,27	-	-	-	3,76	-	-	-	-	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	-	-	-	5,82
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	-	-	-	1,68
Santanaópolis - BA	-	-	-	-	-	-	-	0,24	0,14	0,38
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	12.291,41	6.764,28	70.749,15

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade — CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação-Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

GARANTIAS CONCEDIDAS	
AOS ESTADOS (I)	Soma das Operações Internas e Externas.
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81211.02.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	Soma das Operações Internas e Externas.
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81211.02.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000065
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Soma das Operações Internas e Externas.
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81211.02.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000071 CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000066

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

	CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAUI; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF Conta Corrente :CGPRCACAUI; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001 OU Conta Contábil 81211.01.10 – Seguros Garantia a Executar
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	
DOS ESTADOS (VII)	Soma das Operações Internas e Externas.
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil 8111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil 8111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	Soma das Operações Internas e Externas.
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil 8111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil 8111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Soma das Operações Internas e Externas.
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil 8111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000071 CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil 8111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000066 CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil 8111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAUI; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF Conta Corrente :CGPRCACAUI; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

	62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Crêditos Natureza de Receita Começa com: 2111002 OU 8111002 Natureza de Receita 21110200;21110201; 81110200; 81110201
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP 89611.03.10 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP
Outras Internas – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Crêditos Natureza de Receita Começa com: 2111001 OU 2111003 Natureza de Receita 21110300;21110301;21110100;21110101
Outras Internas – Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP 89611.03.04 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP
Aporte em Empresas	89611.03.11 Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP 89611.03.12 Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP
Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado 89611.03.02 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado 89611.03.05 Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA 89611.03.06 Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA
Externa	Soma dos itens abaixo.
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Crêditos Natureza de Receita Começa com: 2121002 ou 212102
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada 89611.03.07 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo 89611.03.08 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo
	Crêditos (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos)

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

	Natureza de Receita Começa com: 2121001 ou 212101
Contratual	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Crêditos Natureza de Receita Começa com: 2112001
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Internas	212110398 Outros Contratos – Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Crêditos Natureza de Receita Começa com: 2122001 Natureza de Receita 21220100;21220101;21220102
Abertura de Crédito – Extraorçamentárias	Sem informação.
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Crêditos Natureza de Receita Começa com: 2119001 OU 2129001
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada
	Crêditos Grupo de Despesa 6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
Concessão de Garantias	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024



TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) - (III)

5) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 4.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2024

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

